

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº /2003
(Do Deputado Daniel Almeida)

**Requer sejam realizadas
através da Comissão de
Direitos Humanos,
Audiências Públicas nas
principais capitais do País,
para discutir o Plano
Nacional de Segurança
Pública.**

Nos termos regimentais, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiências Públicas da Comissão de Direitos Humanos nas principais capitais do País, objetivando ,discutir o plano Nacional de Segurança Pública.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, as práticas de regime militar tiveram papel significativo no desenvolvimento de uma cultura da violência, com invasões de domicílio, tortura e assassinato. Tudo isso agravou a mencionada vertente que atravessa a história do país, associada ao abuso físico e à truculência em geral. Só governos democráticos, legitimados pela sociedade civil e voltados para os direitos humanos, terão alguma possibilidade de exercer, com sucesso, o poder e a força contra a criminalidade. Essa ação deve ser viabilizada por meio de instrumentos legais adequados que garantam continuidade e eficácia, sem recuos e acomodações. Qualquer que seja sua posição no espectro ideológico, todos os indivíduos e categorias sociais defrontam-se no Brasil com a ameaça da violência. Hoje um projeto capaz de mobilizar a nação passa, inevitavelmente, pelo estabelecimento de uma política efetiva de segurança pública dentro da ordem democrática. Só assim poderemos

implementar e consolidar nossa precária cidadania, condição básica para o futuro da nação brasileira.

Como construir e sustentar um projeto nacional nessas circunstâncias? A sociedade civil, por si só, é insuficientemente organizada para enfrentar esses

desafios e criar alternativas legítimas para o enfrentamento da violência. Só o Estado, reformado e renovado, incluindo o Legislativo e o Judiciário, poderá dispor de meios e recursos, articulado à opinião pública, para reverter essa ameaça de colapso. Sem o apoio contínuo e vigilante da sociedade civil, o Estado corre o risco de hipertrofiar-se num autoritarismo esterilizante, como em boa parte de nosso passado.

Assim sendo, e considerando a importância que o Projeto de Segurança Pública representa, julgamos oportuno possibilitar essa discussão, com a sociedade brasileira. Por essa razão a proposição de realização de audiências públicas com esse propósito.

Sala da Comissão, em de abril de 2003.

Daniel Almeida
Deputado Federal - PCdoB